

CAMINHOS PARA INCLUSÃO

Estar na escola é só o primeiro passo. Educação inclusiva é garantir participação, aprendizagem, autonomia e pertencimento, dentro e fora da sala de aula



FOTO: AURÉLIO ALVES

A ESCOLA DEPOIS DO
PORTÃO: INCLUSÃO QUE
COMEÇA DE DENTRO
PÁG. 04

INCLUIR PELO EXEMPLO: O
CASE DA ESCOLA MUNICIPAL
MARIA ALICE, NO PAPICU
PÁG. 12

RECURSOS, ESTRATÉGIAS
E IDEIAS PARA UMA
PRÁTICA INCLUSIVA
PÁG. 15

Sumário

Educação inclusiva no Brasil 03

Educar para todos: o papel da escola na acessibilidade e no aprendizado 04

Uma vida dedicada a ensinar 06

O que diz a Lei? 10

Inclusão que acontece na prática, dia após dia 12

Educar para todos: o papel da escola na acessibilidade e no aprendizado 14

Dicas práticas para o aprendizado 15

Expediente

GRUPO DE COMUNICAÇÃO O POVO
Presidente Institucional & Publisher: **Luciana Dummar** | Presidente-Executivo: **João Dummar Neto** | Vice-Presidente de Tecnologia e Negócios: **Filipe Dummar** | Diretores de Jornalismo: **Ana Naddaf e Erick Guimarães** | Diretor de Jornalismo Negócios Rádios: **Marcelo Tardin** | Diretor de Negócios: **Alexandre Medina Néri** | Diretora de Pessoas & Cultura: **Cecília Eurides** | Diretor Institucional: **Cliff Villar** | Diretor de Opinião: **Guálter George** | Editorialista-Chefe: **Plínio Bortolotti**

PROJETO CAMINHOS PARA INCLUSÃO
Coordenação Geral: **Valéria Xavier** | Supervisor de Operações: **Valéria Freitas** | Analista de Projetos: **Beth Lopes** | Estratégia e Relacionamento: **Adryana Joca e Deyvison Alvares** | Analista de Operações: **Raffaela Meneses** | Assistente de Projetos: **Renata Paiva** | Projeto Gráfico: **Andreia Araujo** | Design: **Reni Pinheiro** | Textos: **Giovana Feitosa** | Edição: **Camilla Lima e Lucas Casemiro** | Ilustrações: **Rafael Lima Verde**

ESTE É UM PRODUTO CUSTOMIZADO PELO ESTÚDIO O POVO - ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DO O POVO
Coordenadora de Conteúdo: **Camilla Lima** | Coordenador de Criação: **Jansen Lucas** | Coordenadora de Planejamento: **Luana Saraiva**
Coordenadora de Inteligência de Mercado: **Sofia Constance** | Analista de Mídias: **Juliane Marinho**
Analista de Marketing: **Natan Freire** | Redação Publicitária: **Herick Torres**

Educação inclusiva no Brasil em números

As matrículas de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação na Educação Básica aumentaram nos últimos anos, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025.

NO CEARÁ

160.556

MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM 2025

AUMENTO DE 30% EM RELAÇÃO A 2024

37,1 MIL

NOVAS MATRÍCULAS EM UM ANO

Fonte: Censo Escolar 2025 — Inep/MEC

NO BRASIL

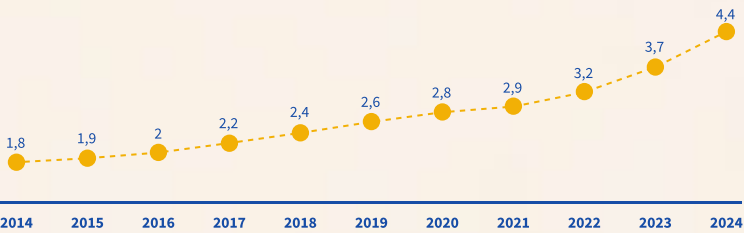
Apesar do avanço, a estrutura não acompanhou

Apenas 6,4% dos professores regentes tinham formação continuada em educação especial.

Cerca de 20% das escolas brasileiras não possuíam nenhum item de acessibilidade física registrado.

Fonte: Panorama da Educação Especial 2025 — Instituto Rodrigo Mendes

Percentual de matrículas na Educação Básica de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação – Brasil (em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar
Elaboração: Todos Pela Educação

MUDANÇA NO PERFIL DE MATRÍCULAS NO BRASIL

Autismo

5,6% das matrículas em 2015
44,2% das matrículas em 2024

Deficiência intelectual

69,3% das matrículas em 2015
48,5% das matrículas em 2024

Fonte: Panorama da Educação Especial 2025 - Instituto Rodrigo Mendes

Alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns – Brasil (em%)



Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar
Elaboração: Todos Pela Educação

ESTADOS DO BRASIL COM MAIOR NÚMERO DE ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

São Paulo (373.454)
Minas Gerais (227.069)
Bahia (217.291)
Paraná (165.666)
Ceará (160.556)

Fonte: Censo Escolar 2025 - Inep/MEC

E é nesse ponto que a história começa.

Educar para todos: o papel da escola na acessibilidade e no aprendizado

Da política pública à sala de aula, especialistas e estudantes mostram que incluir vai além de garantir a matrícula



Sara Vieira tem 20 anos e sonha em cursar Medicina Veterinária e Psicologia

Sara Vieira tem 20 anos e ainda precisa lidar com algo que aprendeu a enfrentar desde criança: barreiras. Aluna do terceiro ano do ensino médio na EEM General Murilo Borges Moreira, a estudante, que tem paralisia cerebral, já passou por falta de banheiro adaptado e provas que não levavam em conta sua condição. Hoje, quase todos os professores já aplicam prova adaptada. Uma conquista construída ao longo dos anos, não uma garantia automática, conta.

Sara destaca o acolhimento de pessoas fundamentais nesse percurso, como sua ex-diretora do ensino fundamental e sua atual cuidadora. Para ela, a educação está ligada aos sonhos que carrega desde a infância: cursar Medicina Veterinária e Psicologia. “Ao longo desses anos, esse sonho foi crescendo e amadurecendo comigo, e está até hoje. E eu sei que um dia vou conseguir, porque não vou desistir do que eu quero”, enfatiza a estudante.

A trajetória de Sara ilustra um ponto que especialistas em educação inclusiva repetem: garantir a matrícula de um estudante com deficiência, com transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação já não é mais suficiente. O desafio está no que acontece depois que ele atravessa o portão da escola: se permanece, participa e aprende de fato.

Uma política que precisa sair do papel

Para transformar o cotidiano escolar, a educação inclusiva precisa deixar de existir apenas como documento e virar prática concreta em sala de aula. É o que defende Mônica Silva, pós-doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e responsável pela implantação da Coordenadoria de Diversidade e Inclusão da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza.

Segundo ela, uma política pública só ganha existência real quando modifica as condições de participação dos estudantes, o que exige formação continuada e escuta constante de quem vive o cotidiano escolar.

“Costumo dizer que inclusão não é um conjunto de projetos; é uma forma de organizar toda a política educacional. Quando depende exclusivamente da iniciativa de um professor ou gestor, ainda não se consolidou como política pública”, afirma a professora.

Mônica chama atenção ainda para um risco silencioso, o de estudantes presentes na escola, mas pedagogicamente excluídos, quando recebem atividades simplificadas (e não adaptadas) por se presumir o que são capazes de aprender.

Escola, família e comunidade na mesma luta

Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAAI) da Universidade Estadual do Ceará (Uece), Andréia Vieira de Mendonça reforça que as barreiras enfrentadas por estudantes com deficiência não estão neles, mas no ambiente.

“As barreiras estão no ambiente, na sociedade, na escola, que ainda não está preparada de fato para recebê-las”, aponta Andréia.

Ela defende que a escola precisa se antecipar à chegada de qualquer estudante, com acessibilidade física e comunicacional, além de profissionais sensibilizados desde antes da matrícula. Trabalhar somente depois que o aluno chega, já é tarde demais.



Andréia Vieira de Mendonça é Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Uece

Andréia também destaca que a responsabilidade pela inclusão não pode recair somente sobre a escola. Família e instituição precisam caminhar juntos, cada uma assumindo seu papel, sem que uma transfira ao outro a responsabilidade integral.

“A escola tem a responsabilidade pelo ensino formal e pela formação dos seus profissionais. A família também tem a responsabilidade de fazer essa parceria. Só caminhando juntos conseguimos uma inclusão pautada no sucesso do ensino”, explica a coordenadora.

Do instituto à universidade

A trajetória de Lucas Vieira, de 29 anos, hoje estudante de Jornalismo na UFC, mostra o que a educação inclusiva pode representar quando funciona. O estudante perdeu a visão aos 12 anos e aprendeu Braille no Instituto dos Cegos, onde concluiu o ensino fundamental em uma estrutura que classifica como decisiva.

No médio, em escola pública regular, o cenário mudou. Lucas relata ter passado quase três anos sem material didático adequado, recebendo os primeiros livros em Braille só no segundo ano, o que o levou a recorrer a videoaulas para acompanhar matemática, física e química.

“Realmente foi um período muito conturbado, não foi fácil, mas eu consegui lidar da melhor maneira possível com aquilo que eu tinha naquele momento”, relata.

Apesar das dificuldades, foi com colegas do Instituto que Lucas descobriu o interesse pelo jornalismo cultural, hoje sua área de atuação. Ele defende que proximidade entre escola e residência, estrutura acessível e formação de professores são condições essenciais para outros estudantes com deficiência chegarem à universidade.

“Não adianta de nada ter boas intenções se não temos pessoas com deficiência representando e se mostrando todos os dias, para que elas possam conquistar cada vez mais os seus direitos. E com a universidade não é diferente. Eu acho extremamente importante que, cada vez mais, pessoas com deficiência estejam dentro da universidade”, reforça o estudante.

Mas antes de existir qualquer lei que os protegesse, essa luta já tinha uma história — e ela começa décadas atrás, na infância de um menino que aprendeu a enxergar o mundo pela voz da mãe.



Lucas Vieira é estudante de jornalismo na Universidade Federal do Ceará



PERFIL

Uma vida dedicada a ensinar

Deficiente visual desde a infância, o professor Alexandre Ribeiro transformou cadernos copiados à mão em uma carreira de 24 anos na educação básica

Foram 24 anos de sala de aula e uma infância inteira reconstruída em cadernos copiados à mão. É essa a medida da trajetória do professor Alexandre Ribeiro, cearense por adoção, deficiente visual desde os seis anos de idade e hoje uma das referências em educação inclusiva no Ceará.

Nascido no Rio de Janeiro em 1977, Alexandre encontrou na escola, onde passou a frequentar em meados da década de 1980, sua possibilidade de ascensão social. Foi durante a alfabetização que surgiram os primeiros sinais da deficiência visual, percebidos por uma professora atenta. Seguiu-se uma peregrinação até o diagnóstico de visão subnormal, feito pelo Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro.

! A **visão subnormal**, ou baixa visão, é uma alteração irreversível na capacidade de enxergar que não melhora com o uso de óculos comuns, lentes de contato, cirurgias ou remédios.

Cadernos copiados à mão

Na época, não havia Atendimento Educacional Especializado (AEE), nem recursos de acessibilidade. Havia professores que oralizavam a lousa e ampliavam letras à mão, e havia a mãe do Alexandre. Dona de casa e sem formação técnica, à noite Tereza Carmelo reescrevia os cadernos emprestados pelos colegas e depois os gravava em fitas cassete para que o filho pudesse ouvir o conteúdo.

“Ela construía, de maneira intuitiva, estratégias de acessibilidade que foram decisivas para minha permanência na escola”, relembra o professor.

Da geografia à docência

A mudança para Ipueiras, no Ceará, ao fim do ensino fundamental, redesenhou seus planos. Foi durante o Magistério (equivalente ao atual ensino médio, mas com habilitação para docência) que identificou na educação um caminho possível. Em 1997, em Sobral, ingressou em Licenciatura em Geografia na Universidade Vale do Acaraú (UVA), inspirado por uma professora que apresentava o espaço geográfico como construção histórica, não como mapa a decorar. “Compreendi que estudar Geografia significava também interpretar criticamente o mundo em que vivemos”, conta.

A graduação impôs perguntas sem respostas prontas. Não havia professores formados para lidar com deficiência visual, nem material adaptado: “Diante da ausência de caminhos previamente construídos, é caminhando que encontramos possibilidades”, diz, citando a canção “Enquanto Houver Sol”, dos Titãs, que lhe serviu de inspiração naqueles anos.

Formado em 2001, passou por Tauá e Sobral antes de se fixar em Fortaleza, onde hoje leciona no CEJA Prof. José Neudson Braga. Alexandre também é palestrante e ministra aulas na Universidade Regional do Cariri (Urca). Em sua trajetória, viu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de 2015, consolidar direitos que

antes dependiam da boa vontade de professores e familiares.

O peso do olhar alheio

Para o professor, os limites mais duros nunca vieram da cegueira. “Barreiras atitudinais, ausência de acessibilidade, preconceito, capacitismo e falta de empatia podem ser muito mais excludentes do que a própria deficiência”, avalia.

No cotidiano das ruas e nos espaços públicos, diz ainda enfrentar situações em que é julgado pela deficiência antes de ser reconhecido por sua história ou profissão.

É na sala de aula, no entanto, que Alexandre segue apostando na transformação. Como escreveu Paulo Freire, “educação muda as pessoas, pessoas transformam o mundo”. Da criança que dependia de fitas gravadas ao professor que forma outros professores, sua trajetória é prova viva dessa ideia.



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Pós-doutor em Educação pela Urca, Alexandre Ribeiro é professor de Geografia há 24 anos

LINHA DO TEMPO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Para reconstruir a trajetória brasileira da Educação Inclusiva, ouvimos Robéria Vieira Barreto Gomes, doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professora associada da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde chefia o Departamento de Estudos Especializados.

Segundo a pesquisadora, até a década de 1970 a educação de pessoas com deficiência no Brasil era marcada pelo assistencialismo e pela segregação em instituições especializadas. Só a partir dos anos 2000 é que o País passou a adotar o paradigma da inclusão, no qual é a escola, e não o estudante, que precisa se adaptar.



1988 — CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Reconhece a educação como direito de todos, sem distinção

1990 — ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

Reforça a proteção e o direito à educação de crianças e adolescentes com deficiência

1994 — DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

Documento internacional que fortalece o princípio de uma escola que acolhe todos os estudantes, independentemente de suas condições

1996 — LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB)

Traz, pela primeira vez, um capítulo dedicado à educação especial como modalidade de ensino

2006 — CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (ONU)

Reconhece o direito da pessoa com deficiência a um sistema de ensino inclusivo

2008 — POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Marco decisivo: define a escola comum como o espaço de escolarização do estudante com deficiência e estabelece que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem função complementar e suplementar, nunca substitutiva

2009 — RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4

Institui as diretrizes operacionais para o AEE e determina que o estudante deve estar matriculado tanto na escola comum quanto no atendimento especializado

2015 — LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO (LBI)

Fortalece o direito ao sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades

2025 — DECRETO Nº 12.686

Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Reafirma os princípios de 2008 e traz avanços importantes

SINTAM-SE

EM

CASA.

UMA CIDADE PARA

TODOS

COMEÇA QUANDO
TODOS SÃO

ACOLHIDOS.

Incluir é mais do que reconhecer diferenças. É garantir participação, respeito, autonomia e igualdade de oportunidades. Por isso, a inclusão é um dos pilares da atual gestão da **Câmara de Fortaleza**.

Um compromisso que se transforma em ações, projetos e caminhos para que cada pessoa possa ocupar seu espaço na sociedade.



O que diz a lei?

Saiba como a legislação brasileira garante, ponto a ponto, o direito à educação inclusiva

A legislação brasileira estabelece que estudantes com deficiência têm direito à educação inclusiva e à participação na escola regular. Mas esse direito envolve muito mais do que garantir uma matrícula. Ele prevê acessibilidade, apoio, adaptações e condições para que o estudante possa aprender e participar da vida escolar.

Para entender o que cabe ao poder público, à escola e à família, reunimos os principais pontos da legislação com a ajuda do advogado Emerson Maia Damasceno, pessoa com deficiência física, membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ex-presidente da Comissão Nacional da Pessoa Autista do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O direito começa na Constituição

Os artigos 205, 206 e 208 da Constituição Federal garantem a educação como direito fundamental das pessoas, a ser ofertado em todos os níveis e na rede regular de ensino. A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto 6.949/2009) é um texto constitucional no Brasil e reforça esse princípio.

Art. 205 da Constituição Federal

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.



FOTO: AURÉLIO ALVES

Mesmo tendo arcabouço jurídico robusto, o Brasil ainda enfrenta resistências para garantir a educação inclusiva no dia a dia escolar

“As deficiências nunca foram um problema, mas sim características de milhões de brasileiros e brasileiras. O que tem que ser eliminado são as barreiras que a sociedade cria”

Emerson Maia Damasceno, advogado e membro do Comitê de Direitos de Pessoas com Deficiência do CNJ

O tripé legal da inclusão

A Constituição Federal, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei 13.146/2015) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) formam, juntas, a base normativa da educação inclusiva no Brasil.

“Essas três normas, eu diria que são o tripé principal quando falamos sobre educação inclusiva no Brasil”
- Emerson Maia Damasceno.

O que a LBI garante?

Os artigos 27 a 30 da LBI proíbem a exclusão de qualquer estudante da rede regular por causa da deficiência. A lei também exige a oferta de profissionais de apoio para locomoção, higiene e alimentação, além de intérpretes de Libras.

Escolas privadas estão proibidas de cobrar valores adicionais de estudantes com deficiência, conforme o art. 28, § 1º, validado pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 5357.

Quem é responsável pelo quê??

Ao poder público cabe o financiamento da estrutura, a formação de professores, o transporte acessível e a fiscalização das redes pública e particular.

À escola cabe adaptar o currículo, elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual do aluno, eliminar barreiras físicas e atitudinais e combater o capacitismo no ambiente escolar. Uma responsabilidade não substitui a outra, mas se complementam.

Afinal, o que é o AEE?

O Decreto 12.686/2025 estabelece que o **Atendimento Educacional Especializado** nunca substitui a sala de aula comum. Ele acontece no contraturno, geralmente em Salas de Recursos Multifuncionais, e não é reforço escolar.

Sua função é eliminar barreiras, como ensinar o uso de tecnologia assistiva ou desenvolver a comunicação alternativa, para que o estudante tenha autonomia dentro da turma regular.

Recusar matrícula é crime

A legislação não permite que uma escola recuse a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência. A conduta é crime, **com pena de dois a cinco anos de reclusão**, além de multa.



Inclusão que acontece na prática, dia após dia

Escola pública no bairro Papicu mostra que incluir vai além de matricular

Na Escola Municipal Maria Alice, no bairro Papicu, em Fortaleza, crianças de quatro a 11 anos, do Infantil 4 ao 5º ano do ensino fundamental, dividem a sala de aula independentemente do diagnóstico.

A Educação Inclusiva na unidade segue as orientações da Secretaria Municipal da Educação, e todos os estudantes frequentam as turmas regulares. Quando necessário, eles contam com o suporte do Atendimento Educacional Especializado (AEE), serviço responsável por identificar as barreiras que dificultam a aprendizagem e buscar formas de reduzi-las.

Rotina que inclui

Professora pedagoga lotada no AEE da escola, Fernanda Cavalieri explica que os estudantes com deficiência seguem a mesma rotina dos colegas. Participam da acolhida, das aulas, do recreio, das atividades na biblioteca e das datas comemorativas.

Para alguns, são necessárias adaptações pontuais, como o uso de abafador de ruído ou o acompanhamento de um profissional de apoio: “Nosso trabalho é fazer com que haja participação plena em todos os momentos, mas compreendemos que é algo processual em diferentes tempos para cada um. Os estudantes são atendidos também pelo AEE e esses atendimentos acontecem de diversas formas”, explica a pedagoga.

As barreiras nem sempre são físicas. A escola atualmente não tem alunos com deficiência física, mas manter em dia rampas e barras de apoio segue sendo prioridade. Quando a dificuldade é sensorial, colegas são orientados a evitar contato físico ou o aluno faz o lanche em espaço mais afastado. A maior parte dos desafios, porém, é curricular, como turmas numerosas e quadro insuficiente de profissionais de apoio para a demanda atual.



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Fernanda Cavalieri, professora pedagoga no Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Da resistência ao pertencimento

Rafaela Pinheiro, mãe de Bento, de sete anos, diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nível 2 de suporte, viveu uma trajetória marcada por tentativas frustradas até chegar à Escola Maria Alice. Antes disso, passou por um colégio particular e por uma creche onde a inclusão não avançou como a família esperava: “Já vinha cansada e descrente, porque sempre soube do potencial do meu filho, mas as experiências anteriores me fizeram acreditar que seria sempre caótico”, conta.

Rafaela relata sobre a experiência exitosa ao chegar na nova escola: “Quando chegamos na Maria Alice já percebi que seria diferente. Tinha a Fernanda (pedagoga do AEE), que foi e tem sido brilhante, tinha a sala do AEE funcionando de forma ativa, um olhar atento, profissionais dispostos, tudo o que meu filho precisava”, relembra Rafaela.

Depois do acompanhamento do AEE, Bento teve ganhos no repertório verbal e na socialização, e hoje participa das atividades junto com os colegas, sempre com o apoio de um profissional. “O autismo não o limita de ser criança”, enfatiza. “Até da apresentação do dia das mães ele conseguiu participar, era meu sonho, e foi um dos maiores presentes que pude receber”, resume uma Rafaela emocionada.



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Rafaela Pinheiro e o filho Bento, de sete anos, diagnosticado com TEA nível 2 de suporte

Uma política que sustenta o trabalho

A estrutura que sustenta experiências como a da Escola Maria Alice é coordenada, na rede municipal, pela Coordenadoria da Diversidade e Inclusão. Segundo a coordenadora Najla Almeida, o órgão atua de forma descentralizada, com células nos seis Distritos de Educação de Fortaleza, o que aproxima a gestão da realidade de cada território e orienta as escolas na construção de ambientes que valorizem as diferenças.

Os avanços são muitos e visíveis. Mas, para dar continuidade a esse processo, Rafaela Pinehiro reforça a importância de ampliar as políticas públicas: “Salas de AEE são essenciais para nossos filhos. Profissional de apoio não é uma regalia e sim necessário para que a inclusão aconteça de forma efetiva”, diz a mãe de Bento.

Na Maria Alice, a aposta segue diária. A inclusão acontece quando cada estudante é visto além do diagnóstico, nos pequenos progressos que se acumulam ao longo dos dias.

“Profissional de apoio não é uma regalia e sim necessário para que a inclusão aconteça de forma efetiva”

Rafaela Pinheiro



FOTO: AURÉLIO ALVES

Na Escola Maria Alice, alunos de quatro a 11 anos dividem a mesma sala, independentemente do diagnóstico

ARTIGO DE OPINIÃO

Educar para todos: o papel da escola na acessibilidade e no aprendizado

Por Geny Lustosa



O movimento de defesa da educação inclusiva vem oportunamente trazer para a escola o reconhecimento da atualização necessária de ocorrer na prática pedagógica. Reafirmamos que a tão almejada formação a fim de preparar professores para ensinar estudantes com deficiência e os desafios educacionais que se apresentam para a docência a heterogeneidade de todos em uma sala de aula não partem de nenhuma “fórmula” ou “método” para trabalhar, especificamente, com esses estudantes, posto que, como qualquer outro sujeito, aprendemos de variadas formas e possibilidades.

Por isso, falar em acessibilidade e aprendizagem é falar também sobre expectativas positivas de aprendizagem e de potencialidades dos sujeitos. Uma escola inclusiva precisa acreditar que todos os estudantes podem aprender e, ao mesmo tempo, reconhecer que podem necessitar de diferentes caminhos,

tempos, recursos e formas de apoio para que essa aprendizagem aconteça. Quando a deficiência é tomada como limite antecipado para a aprendizagem (presunção de incapacidade de uma pessoa em função da deficiência), reduzimos as possibilidades do estudante antes mesmo de oferecer condições para que ele possa realizar e construir aprendizagens.

Assim, “educar para todos” implica, ainda, pensar a acessibilidade como condição para que o direito à educação possa ser efetivamente realizado. A acessibilidade não se restringe à existência de rampas, elevadores ou outros recursos físicos e/ou arquitetônicos. Em um nível de importância, também, a acessibilidade pedagógica, curricular, comunicacional, tecnológica e atitudinal. Uma escola acessível é aquela que procura identificar e eliminar as barreiras que impedem ou dificultam a participação e a aprendizagem dos estudantes.

Nessa perspectiva, é importante deslocar constatações apenas centradas nas dificuldades dos estudantes para reflexões e indagações sobre: “quais barreiras estão presentes no contexto escolar e o que podemos fazer para eliminá-las?” As barreiras podem estar na organização da escola, nas formas de ensinar e avaliar, nos materiais utilizados, na comunicação, nas relações estabelecidas ou nas expectativas construídas sobre os estudantes.

A eliminação de barreiras exige, portanto, que a escola esteja permanentemente disposta a rever suas práticas. Isso significa repensar o planejamento, diversificar as formas de apresentação dos conteúdos, ampliar as

possibilidades de participação, utilizar diferentes recursos e estratégias pedagógicas e criar diferentes formas para que os estudantes possam demonstrar aquilo que aprenderam.

Educar para todos é assumir o compromisso com uma nova ética do cuidado, do respeito às diferenças e da dignidade humana. É preciso descolonizar nossos modos de pensar, deslocar certezas, questionar padrões que definem quem pode aprender, participar e pertencer e desenvolver uma nova sensibilidade diante da vida e das diferenças. Educar para todos é, nesse sentido, mais do que uma escolha pedagógica: é um compromisso com a transformação social e com a construção de uma escola que reconheça em cada sujeito a potência de sua presença. Uma escola que cuida, acolhe e ensina é também uma escola que nos ensina a construir, juntos, um mundo mais justo, mais humano.

“quais barreiras estão presentes no contexto escolar e o que podemos fazer para eliminá-las?”

Geny Lustosa

Dicas práticas para o aprendizado

Para que a inclusão não fique apenas no discurso, reunimos dicas de especialistas no tema para auxiliar professores, comunidade escolar e sociedade



“Recomendo materiais produzidos por instituições que trabalham com educação inclusiva baseada em direitos humanos e experiências escolares. Materiais oficiais do Ministério da Educação e das redes de ensino, assim como produções acadêmicas de universidades e grupos de pesquisa”

MÔNICA SILVA, PÓS-DOUTORANDA EM EDUCAÇÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC).



Instituto Rodrigo Mendes oferece estudos sobre educação inclusiva para professores e gestores. Confira!



“O estudo de caso é essencial, ele tem a finalidade de identificar as potencialidades, as barreiras e os apoios necessários para que a aprendizagem aconteça. Outro recurso é o plano de atendimento educacional especializado, que vai orientar as estratégias de acessibilidade”

ROBÉRIA VIEIRA É DOUTORA EM EDUCAÇÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR).



“Entendemos que as pessoas com deficiência e demais convidadas são as protagonistas, pois são elas que estão no lugar de fala para expressar o que vivem, pensam e sentem. E isso não se restringe aos seus direitos, mas alcança tudo o que fazem e sonham”

HENRIQUE BELTRÃO, PROFESSOR E APRESENTADOR DO PROGRAMA “TODOS OS SENTIDOS” DA RÁDIO UNIVERSITÁRIA FM



O programa leva ao ar a voz das pessoas com deficiência (PcD), a fim de colaborar para um mundo com plena acessibilidade.

CURSO GRATUITO

Educação Inclusiva: ensinando e aprendendo com as diferenças

Pensado para ampliar conhecimentos e fortalecer práticas inclusivas, o curso contribui para a formação de profissionais e pessoas interessadas em atuar como facilitadores do processo de inclusão de pessoas com deficiência. Participar é investir em mais conhecimento, inclusão e transformação social.

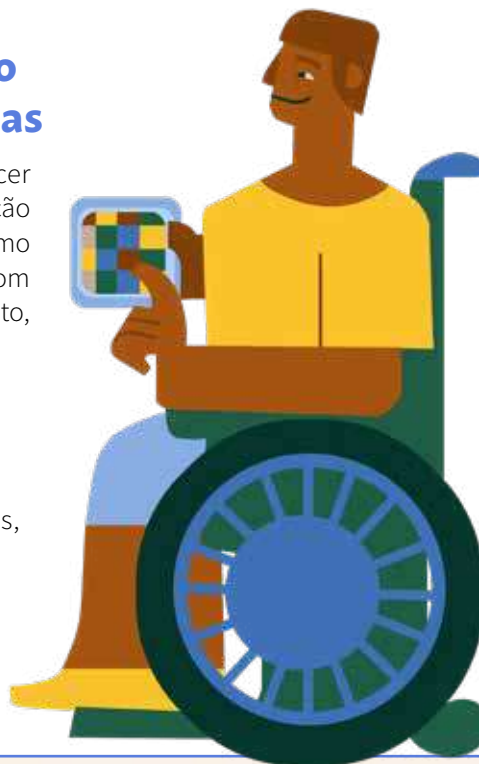
Modalidade: Educação à Distância (EaD)

Duração: 72 horas/aula

Materiais complementares: 6 fascículos digitais, 6 podcasts em formato de debate e 6 videoaulas

Certificação: Universidade Aberta do Nordeste (Uane) e Universidade Estadual do Ceará (Uece)

Gratuito



**Aponte a câmera
para o QR Code e
faça sua inscrição!**

Conheça alguns termos técnicos

A linguagem da inclusão pode, muitas vezes, trazer termos e nomenclaturas mais técnicas. Conhecê-los é importante para compreender os direitos, identificar as necessidades e fortalecer a defesa de um mundo mais inclusivo. Reunimos alguns termos utilizados neste caderno para ajudar você a se informar e ampliar seu repertório.

Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade para garantir a inclusão de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades ou superdotação

Dificuldade sensorial

Condição neurológica em que o cérebro tem dificuldade para receber, interpretar e responder de forma adequada aos estímulos do ambiente ou do próprio corpo

Visão Subnormal

É uma alteração irreversível na capacidade de enxergar que não melhora com o uso de óculos comuns, lentes de contato, cirurgias ou remédios.

Autonomia

Capacidade de fazer escolhas, expressar vontades e participar das decisões sobre a própria vida.

Apoio

Recursos, pessoas ou estratégias que ajudam a pessoa com deficiência a realizar tarefas e tomar decisões sem retirar seu protagonismo.

Cuidado

Acompanhar, proteger e oferecer suporte quando necessário, respeitando as capacidades, escolhas e limites da pessoa.

Protagonismo

Direito de a pessoa falar por si, participar das decisões e ocupar o centro das escolhas que dizem respeito à sua vida.

Acessibilidade

Condições que permitem à pessoa com deficiência acessar espaços, informações, serviços, tecnologias e atividades com autonomia e segurança.